

A utopia do desenvolvimento sustentável

Por: Engenheiro Agrônomo Túlio Antônio de Amorim Carvalho

Não é de hoje que o meio científico discute a capacidade suporte do planeta Terra de manter o crescimento de uma economia amparada no consumo indiscriminado dos recursos naturais. Os eventos climáticos catastróficos ocorridos pelo mundo, no início desse século, onde destacamos aqueles próximos a nós, tais como as inundações que devastaram estradas, pontes e cidades no Rio Grande do Sul, os desmoronamentos em Santa Catarina e Rio de Janeiro, que ceifaram centenas de vidas e imputaram um prejuízo financeiro e social enorme, poderiam ser cadastrados como “Tragédias Anunciadas”, pois, em todas essas situações ocorreram equívocos técnicos no uso e manejo dos solos e da vegetação. Não há dúvida que os sinais de reação da natureza aos efeitos da ação humana são inequivocamente preocupantes. Mas, apesar desses fatos serem suficientemente claros para todos, mesmo para aqueles setores do capital que tentam desqualificar a gravidade da desestabilização ambiental do globo terrestre, as lideranças dos países mais poluidores, entre eles Estados Unidos e China, não mostram sinais de rever suas políticas desenvolvimentistas. Essa postura unilateral de manter seu “crescimento econômico” a qualquer custo, indiferentes ao desequilíbrio ecológico do planeta, colocando em risco a própria sobrevivência da espécie humana, é que faz suscitar a dúvida sobre a “*utopia do desenvolvimento sustentável*”.

Para ilustrar essa discussão, trago quatro manifestos importantes, em situações bem distintas, feitas por diferentes autoridades científicas e políticas, mas vinculadas pela sua essência básica: o homem e sua breve história de convivência com a sua casa – o planeta Terra. A primeira, não por importância e sim pelo contexto histórico, trago um clássico da literatura conservacionista dos anos setenta: René Dumont, estudioso e político francês da linha do desenvolvimento sustentável, no seu livro “O crescimento da fome: uma agricultura repensada. Dumont atacou com veemência a insustentabilidade dos projetos para o setor agrário mundial, capitaneado pelos países desenvolvidos e controladores do capital mundial”. Transcrevo um trecho de sua obra, onde isso fica explicitado: “*Mas a revolução industrial do capitalismo tinha já propagado no centro dominante do capitalismo uma segunda revolução agrícola, de uma outra amplitude, que vivemos ainda, sem saber onde é que pode nos levar...*”. “*A situação atual evoca mais o início de uma bancarrota fraudulenta, porque não se preocupa dissimulá-la, do que uma simples falência*”. Outro manifesto, que se

tornou uma “Bíblia Conservacionista” do final do século XX, foi elaborado por Jared Diamond. Nas quase 700 páginas de seu livro “*Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*”, Jared descreve com muita consistência histórias do colapso de civilizações florescentes, mostrando o que aconteceu quando foram desperdiçados os recursos naturais e ignorados os sinais emitidos pela natureza e como outras sociedades encontraram soluções para esses mesmos problemas e subsistiram. O terceiro manifesto que trago é de Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos durante o mandato de Bill Clinton, pela sua representatividade política nos Estados Unidos e no mundo. No seu livro, “*Uma Verdade Inconveniente*”, descreve as graves consequências do aquecimento global, destacando a irresponsabilidade das políticas desenvolvimentistas e a insustentabilidade do planeta se persistir o modelo de produção baseado na exaustão dos recursos naturais. A sua obra apresenta sinais fortes de que as expectativas não são muitas boas para as futuras gerações, com uma série impressionante de informações que remetem para cenários nada alentadores para a civilização globalizada do planeta Terra. Por último, pela sua representatividade política, o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92. As informações apresentadas nesse documento, confirmam e corroboram com o que disseram Dumont, Diamond e Al Gore. Destaco um ponto do documento para ilustrar as afirmações: “... desde a metade do século XX, o mundo já tinha perdido uma quinta parte das florestas tropicais e um quinto da superfície cultivável”. Conclui, o relato: “cada ano são perdidas 25 bilhões de toneladas de húmus por efeito da erosão”.

Duas premissas, no meu entender, são evidentes: primeiro a nossa incapacidade de perceber a relação das mudanças climáticas e das tragédias que delas decorrem com o modelo de sociedade que vivemos; segundo, o foco das discussões na mídia mundial fica mais centrado nas consequências e nos relatos das vítimas do que na busca de entendimento das causas desses fenômenos e da transformação dessa realidade.

Para um melhor embasamento dessa discussão, obrigatoriamente, temos que entrar na questão do entendimento do que é desenvolvimento e a interpretação para sustentabilidade. A sociedade moderna do pós revolução industrial, de maneira equivocada, simplificou a questão do desenvolvimento, estruturando sua lógica estritamente às questões da economia. Assim, os fundamentos que distinguem os países mais desenvolvidos dos menos desenvolvidos é o maior PIB per capita. Esse raciocínio confunde meios com fins, porque o maior PIB não é um fim em si mesmo, mas um meio para se atingir melhores padrões de vida e uma sociedade melhor. Já o conceito de sustentabilidade começou a ser delineado na Conferência das Nações Unidas sobre o

Meio Ambiente Humano (United Nations Conference on the Human Environment - UNCHE), realizada em Estocolmo em 1972. Essa foi a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e a primeira grande reunião internacional para discutir as atividades humanas e seu impacto. Atualmente, o conceito de sustentabilidade está vinculado ao uso dos recursos naturais para a satisfação de necessidades presentes, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. Considerando que o atual modelo de desenvolvimento, além de ser injusto com a maioria da humanidade, nos leva à insustentabilidade do planeta, surgem alguns questionamentos: Como alavancar uma transformação da sociedade, com mudanças nas tradicionais formas de relações, de pensar, de lidar com as questões de saúde, de educação e do modelo de produção? Como acordar na atual conjuntura mundial um projeto socioeconômico que se baseia num conceito abrangente de desenvolvimento, constituído de uma visão mais ampla, com estratégias de desenvolvimento e uma perspectiva bem diferente de uso e manejo sustentado dos recursos naturais, ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito?

Cada vez mais me convenço de que a construção de uma sociedade sustentável passa pela questão do empoderamento dos indivíduos, dando à sociedade um maior controle sobre os seus destinos. O verdadeiro desenvolvimento enriquece as vidas dos indivíduos ao ampliar seus horizontes e melhorar a qualidade de vida e bem estar social. Questões cruciais terão que ser resolvidas, como por exemplo: “Gaia” (nome dado ao Planeta Terra pelos gregos), não suporta mais o aumento da população mundial; É urgente e imprescindível implantar um efetivo controle da natalidade, visando conter a explosão demográfica, já está acima da capacidade suporte dos recursos naturais; temos que substituir as tecnologias poluidoras e degradadoras, por outras poupadoras de recursos naturais, com maior geração de trabalho e renda. Para tal, faz-se necessário que todas as Nações acordem um novo “*Plano Marshall*” com o objetivo de reorientar o modelo de produção e de consumo. Para atingir esses objetivos, é preciso buscar alguns pontos importantes, tais como: mitigar e compensar as perdas ambientais decorrentes do impacto da intervenção humana; preservar os biomas remanescentes; estabelecer regras seguras e factíveis de uso e manejo dos recursos naturais.

Esses pontos, entre tantos, são imprescindíveis para viabilizar um processo econômico, com justiça social, respeito à capacidade suporte e respeito às questões culturais. A percepção da necessidade de buscar um novo modelo de desenvolvimento, que prestigie a gestão sustentável, vem ganhando espaço nos princípios do capitalismo, provocando uma tímida, porém continuada, transformação nos processos de produção. Já são visíveis as ações no sentido da geração de tecnologias mais

limpas, poupadoras de recursos naturais. Desde o fim do século XX e início do XXI, vem ocorrendo a reestruturação e a adequação do setor produtivo a novos padrões econômicos, ambientais e sociais. A “ONDA VERDE” do século passado está sendo complementada pela responsabilidade social, encaminhando, assim, um modelo de produção que associa resultados econômicos a ganhos ambientais e inclusão social, abrangendo questões de gestão de passivos, de recursos naturais, educação e intervenções socioambientais. Parece estar sendo desenhada uma “nova cara” para o capital: rentabilidade com sustentabilidade, responsabilidade e ética.

Nos meus 35 anos de vida profissional, em várias oportunidades tive minha ideologia questionada e influenciada por fatos, conjunturas, questionamentos e pelo embate das percepções e entendimentos dos indivíduos. Cito um momento desses, quando o Padre Aloysio Bohnen, ex-reitor da UNISINOS e, na ocasião, coordenador do Comitê de Bacia do Rio dos Sinos, fez sua manifestação na abertura do evento da sociedade gaúcha, realizado pelas Federações da indústria, comércio e agricultura em 2005, onde o foco do debate era “*O Rio Grande que queremos*”. Vou fazer uma recomposição da sua fala, mas deixando claro que na sua apresentação o orador foi muito mais elucidativo e minha citação não é tão preciosa como foi a do Ex-Reitor: “*Somos seres históricos. O que somos hoje é fruto do que construímos no passado e o que seremos amanhã será consequência das nossas expectativas atuais*”. Até os dias de hoje essa manifestação perpassa pelo conjunto de premissas e entendimentos que tenho sobre a vida, sobre a humanidade, sobre nosso futuro.

Trouxe essa discussão com objetivo de levantar a questão sobre a real possibilidade de darmos alguma esperança para as futuras gerações. Ela pode ser entendida como provocação, alerta ou até mesmo como uma crença acerca da nossa capacidade criativa de superarmos todos os obstáculos dos interesses pessoais, sociais e econômicos e construirmos um modelo de sociedade capaz de se viabilizar no tempo. Mas, para efetivar essa “***utopia do desenvolvimento sustentável***”, está faltando a grande revolução que está por vir: a da “*cultura da paz*”. A sustentabilidade só será viável através da construção da paz social. Para tanto, é preciso apaziguar o nosso interior. É indispensável acreditar na nossa capacidade de recriar as relações sociais, de renascer para uma nova vida, deixarmos nos levar pela imaginação, termos esperança e sermos solidários. A paz não nasce por ela mesma. A paz é fruto de nossos valores, comportamentos e relações. Valho-me de Mahatma Gandhi para encerrar essa manifestação: “Não há caminho para a paz. A paz é o caminho.”